



Educação alimentar e cultura de paz nas escolas estão na pauta

Marcos Oliveira/Agência Senado — 12/7/2017



Plenário tem na pauta desta semana propostas para a área de educação e sobre textos de acordos internacionais

Nesta semana, o Plenário deve analisar dois projetos sobre educação, voltados ao ensino de nutrição e ao combate à violência escolar, e propostas sobre acordos com a Argentina e o Paraguai

Os senadores devem analisar nesta semana um projeto que inclui a adoção de medidas de prevenção e combate à violência e a promoção da cultura de paz entre as atribuições das escolas.

Também está na pauta proposta que inclui o tema educação alimentar e nutricional nos currículos dos ensinos fundamental e médio. O objetivo é contribuir

para reduzir a obesidade infantil e assegurar informações sobre alimentação saudável aos cidadãos desde a infância.

Podem ainda ser votados pelo Plenário uma emenda ao projeto que cria o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Argentina e o projeto de decreto legislativo que aprova o acordo para a construção de uma ponte sobre o Rio Paraguai. **3**

Ministro dos Transportes falará sobre BR-364 **8**

CPI dos Cartões de Crédito pode ser instalada hoje **8**

Índice de qualidade da educação será analisado **3**

Cássio participa de posse da nova direção do TRF1 **7**

Indicada para diretoria do BC será sabatinada **8**

Sessão temática discute hoje uso e proteção de dados pessoais

A criação do Marco Regulatório da Proteção de Dados Pessoais deve ser debatida hoje no Plenário em sessão temática. Projeto com esse objetivo, de Antonio Carlos Valadares, está na Comissão de Assuntos Econômicos. Recente vazamento de dados de 87 milhões de usuários do Facebook — 400 mil no Brasil — também deve ser discutido pelos senadores. **3**



Alex Santos/Presidência do Senado

No Palácio Imperial do Japão, o imperador Akihito recebe Eunício Oliveira

Em Tóquio, Eunício propõe ampliar relações econômicas com o Japão

A necessidade de ampliar a integração entre Brasil e Japão foi debatida pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira, e o imperador japonês Akihi-

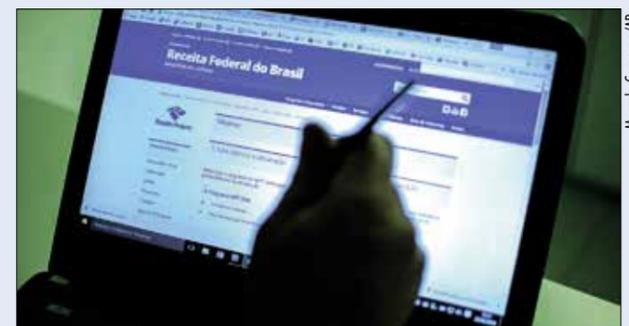
to, que o recebeu em Tóquio. Eunício também esteve com representantes da Federação das Indústrias do Japão e sugeriu investimentos no Brasil. **2**

Código de Defesa do Contribuinte pode ser votado até junho



Equilibrar a relação do contribuinte com a Receita Federal, garantir direitos e esclarecer os deveres de quem paga impostos são

os objetivos do Código de Defesa do Contribuinte, cuja votação deve ser concluída neste semestre no Senado. **4 e 5**



Marcelo Comarog/ABR

No site da Receita Federal é possível verificar pendências com o IR

Especialistas sugerem regras para ambiente de trabalho

Na Comissão de Direitos Humanos, auditores, procuradores e juízes apoiaram o projeto que detalha aspectos ambientais a serem observados por empregadores e sugeriram uma PEC que torne a Justiça do Trabalho competente para julgar demanda de servidor público. **8**

Audiência pública defende maior cooperação com países africanos

Em debate sobre a influência chinesa na integração regional e no desenvolvimento econômico do continente africano, especialistas defenderam na Comissão de Relações Exteriores que a cooperação vá além da lógica colonial de exploração de matérias-primas. **7**

Debate pede descentralização da gestão do Fundo Pantanal

Participantes de debate realizado ontem em Cuiabá pediram a adoção de gestão descentralizada para o Fun-

do Pantanal, que será criado se for aprovado projeto de uma política para gestão e proteção do bioma. **6**



Filipe Frazão

Proposta em análise no Senado cria fundo para proteção do Pantanal

Alimentos com transgênicos podem ficar sem identificação

Projeto que pode ser votado hoje na Comissão de Meio Ambiente prevê a retirada do triângulo amarelo com a letra T nas embalagens de alimentos que contêm produtos transgênicos.

A proposta, da Câmara, já foi rejeitada pela Comissão de Assuntos Sociais. **6**

No Japão, Eunício defende integração entre países

Presidente do Senado participa de intercâmbio parlamentar e foi recebido ontem pelo imperador Akihito e por industriais, com quem falou sobre o incremento das relações bilaterais, sobretudo na economia

EM AUDIÊNCIA NO Palácio Imperial do Japão, em Tóquio, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, foi recebido ontem pelo imperador Akihito. Eles conversaram sobre a amizade entre os dois povos e a necessidade de aumentar a integração entre Brasil e Japão.

O incremento das relações bilaterais, principalmente na economia, ainda foi defendido pelo presidente do Senado em reunião na sede da Federação das Indústrias do Japão (Keidanren). Eunício conversou com o presidente da Keidanren, Masami Iijima, e falou para uma plateia de 30 empresários japoneses representantes das maiores multinacionais do país.

— Em 2015 e 2016, o Brasil enfrentou uma forte recessão, que felizmente já ficou para trás. E esta é a boa notícia que me traz aqui hoje. Em 2017, o Brasil retomou a trajetória de crescimento econômico: o PIB evoluiu 1% no ano passado, e as projeções indicam um crescimento próximo de 3% neste ano, e outros 3% em 2019 — disse Eunício.

De acordo com ele, a melho-



No Japão, Eunício destaca medidas microeconômicas adotadas pelo Brasil

ra dos indicadores econômicos é reflexo do ajuste fiscal que vem sendo produzido no Brasil, onde o deficit governamental está controlado e a taxa básica de juros, que inibia a cadeia produtiva, está em seu mais baixo patamar histórico. Entre as ações para retomada do desenvolvimento, Eunício destacou que o Congresso aprovou uma série de medidas microeconômicas, como a reforma trabalhista, o limite dos gastos públicos e a nova política de juros do BNDES.

— Os efeitos já se fazem sentir: cresceu a massa de rendimentos, aumentou o consumo

das famílias e melhoraram os indicadores de confiança dos empresários e dos consumidores. A inflação oficial de 2017 ficou em 2,95%, menor valor desde 1998 — informou.

Ao traçar um quadro de que a recessão está “superada” e a economia “destravada”, o presidente do Senado convidou os empresários japoneses a investirem no Brasil como uma excelente oportunidade de negócios. Eunício lembrou ainda os 110 anos da imigração japonesa em solo brasileiro, comemorados neste ano. O Brasil tem a maior comunidade nikkei do mundo.

Homenagem a dom Nivaldo lembra atuação no RN

O Senado comemorou ontem em sessão especial, o centenário de nascimento de dom Nivaldo Monte. Arcebispo de Natal entre 1967 e 1988, dom Nivaldo morreu em 2006 aos 88 anos de idade.

Fátima Bezerra (PT-RN), que presidiu a sessão especial, lembrou a atuação de dom Nivaldo na resistência ao regime militar, quando deu guarida a perseguidos. Também destacou seu caráter popular.

— Ele ia pessoalmente às comunidades rurais e urbanas em ações da Igreja. Atuou no apoio a flagelados das secas,

de enchentes, na alfabetização rural, de prevenção à saúde, no combate à prostituição juvenil, na capacitação profissional e na educação política — disse.

Para o economista Roberto Monte, sobrinho de dom Nivaldo, a obra e ação do arcebispo continuam atuais.

José Agripino (DEM-RN) destacou que o sacerdote, seu amigo, foi o precursor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Isso porque a Escola de Serviços Sociais, criada por ele em 1945, foi a primeira instituição de ensino superior no estado.

— Dialogávamos muito buscando desenvolver políticas públicas para os mais pobres.

A reitora da UFRN, Ângela Paiva, ressaltou que o arcebispo era um grande intelectual.

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) também lembrou a amizade que teve com dom Nivaldo, a quem definiu como um homem do bem, um verdadeiro cristão e um semeador da paz.

Representando a Arquidiocese de Natal, o cônego José Mário de Medeiros disse que, se dom Nivaldo fosse vivo, estaria apreensivo com a atual situação social do país.

Comissão Diretora analisa sugestões de prêmios

A Comissão Diretora do Senado se reúne hoje para analisar projetos de homenagens. Entre as propostas em pauta, está a que cria a Medalha João Calmon, a ser conferida pelo Senado a instituições públicas e privadas de ensino básico que tenham se destacado na promoção de ações de responsabilidade social (PRS 11/2017).

O autor do projeto, Pedro Chaves (PRB-MS), diz que a ideia é valorizar a educação. Serão homenageadas a cada ano até três instituições, com

uma sessão especial de entrega da comenda, prevista para agosto. O relator é João Alberto Souza (PMDB-MA).

A comissão também vai analisar a criação da Comenda de Incentivo à Cultura Luís da Câmara Cascudo (PRS 14/2017), destinada a agraciado personalidades, instituições e grupos que tenham oferecido contribuição relevante ao registro e ao fortalecimento da cultura, do folclore e dos saberes tradicionais no Brasil. De Fátima Bezerra (PT-RN), o

projeto conta com o apoio do relator, João Alberto.

Também constam da pauta os projetos que criam a Jornada Nacional de Controle Externo (PRN 3/2017) e o Grupo Parlamentar Brasil-Colômbia (PRS 48/2016). A Comissão Diretora vai examinar ainda pedidos de informação a autoridades. Jader Barbalho (PMDB-PA), por exemplo, quer dados sobre as obras da Ferrovia Norte-Sul, e Lindbergh Farias (PT-RJ), sobre a privatização da Eletrobras.

Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo é criado por lei

O dia 2 de abril será celebrado anualmente como o Dia Nacional de Conscientização sobre o Autismo. É o que estabelece a Lei 13.652, de 2018, publicada ontem no *Diário Oficial da União*.

A data escolhida segue convenção da Organização das Nações Unidas (ONU), que celebra o Dia Mundial de Conscientização sobre o Autismo desde 2008. A nova norma tem origem no PLS 321/2010, aprovado no Senado em 2014 e na Câmara em 2017. O autor do projeto é o ex-senador Flávio Arns. Na justificativa da proposta, ele

citou pesquisa realizada em 2007, segundo a qual havia cerca de 1 milhão de casos de autismo no Brasil. “É urgente que se criem mecanismos de estímulo às autoridades para implementação de políticas de saúde pública para o tratamento e o diagnóstico do autismo e, também, de apoio às pesquisas na área”, alegou.

O relator do projeto na Comissão de Educação, Alvaro Dias (Pode-PR), afirmou que a celebração “ensejará maior conhecimento acerca da síndrome e, em decorrência, maior integração social daqueles que vivem com ela”.

Rádio Senado estreia série sobre as constituições brasileiras

A Carta de 1988 completa em outubro 30 anos, e ao longo de 2018, a Rádio Senado vai comemorar a data.

São cinco episódios contando a história das nossas constituições desde a de 1824, a mais longa de história, com 65 anos. No programa seguinte, estará em pauta a Constituição de 1891, que foi promulgada pouco menos de um ano após o golpe que derrubou a Monarquia e instaurou a República.

A história prossegue em 1934, com uma nova Carta, já no governo Vargas. Nove

anos depois, na esteira da vitória dos Aliados na Segunda Guerra, uma Constituição liberal era promulgada.

O golpe de 64 deu ao Brasil uma nova carta constitucional em 1967, que se tornaria ainda mais autoritária em 1969.

O especial, produzido por Jefferson Dalmoro, vai ao ar no *Conexão Senado*. A série está disponível também no site da Rádio Senado.

“A história das Constituições Brasileiras”
Até sexta-feira, às 8h30, com reprise às 22h

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Ministro dos Transportes**
9h Audiência interativa com o ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Valter Casimiro Silveira, para debater condições da BR-364, em Rondônia. Às 14h, diligência em Palmas para debater a interligação entre o Rio Tocantins e a Bacia do Rio São Francisco
- CAE Indicação para o Banco Central**
10h Após análise de 22 itens, sabatina de Carolina de Assis Barros, indicada para o cargo de diretora do Banco Central.
- CMA Uso de recursos hídricos**
11h Entre 14 itens, o PLS 162/2015, que incentiva o uso integrado dos recursos hídricos na aquicultura e na agricultura.
- CRA Plano agropecuário**
11h Audiência interativa para discutir o Plano de Macrologística Agropecuária.

- SESSÃO TEMÁTICA Uso de dados**
11h Discussão sobre proteção e uso de dados pessoais, assunto do PLS 330/2013.
- CE Detector de metal em eventos**
11h O PLC 67/2017, que trata da obrigatoriedade de detector de metal em eventos esportivos, é um dos 15 itens.
- MP 820/2018 Imigrantes venezuelanos**
14h Audiência com representantes dos Ministérios da Justiça e dos Direitos Humanos.
- PLENÁRIO Sessão deliberativa**
14h Na pauta, o PLC 171/2017, sobre a cultura de paz nas escolas.
- CCT Outorga de canais educativos**
14h30 Entre 25 itens, o PLC 91/2017, que estende a todas as instituições de ensino superior a possibilidade de receber outorga de rádio ou TV educativa.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

AUDIÊNCIAS INTERATIVAS



Participe: <http://bit.ly/audienciainterativa>
• Alô Senado: 0800 612211
Acompanhe: • Portal e-Cidadania: senado.leg.br/ecidadania
• Facebook: [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • Twitter: [@agencia_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
• TV: senado.leg.br/TV

Pauta tem projetos sobre nutrição e paz na escola

O Plenário deve analisar esta semana dois projetos na área de educação, sobre prevenção à violência e à obesidade, e textos sobre acordos com a Argentina e o Paraguai

DOIS PROJETOS QUE tratam de educação estão na pauta do Plenário nesta semana. Um deles tem objetivo de promover, nas escolas, a cultura de paz e o combate à violência (PLC 171/2017). O outro inclui o tema educação alimentar e nutricional nas disciplinas de ciências e de biologia dos currículos do ensino fundamental e do médio (PLC 102/2017).

O projeto que inclui a promoção da paz e medidas de conscientização, prevenção e combate à violência entre as atribuições das escolas é da deputada Keiko Ota (PSB-SP).

O Participativo das Violências nas Escolas, feito em 2016 pela Faculdade Latino-



Diretor Martins/Prefeitura de Berço

Senadores devem analisar projeto sobre educação alimentar e nutricional

-Americana de Ciências Sociais em parceria com o Ministério da Educação, aponta que 69,7% dos jovens afirmam ter visto algum tipo de violência dentro da escola,

seja agressão verbal ou física, discriminação, bullying, furto, roubo ou ameaças.

Já o projeto que inclui nos currículos escolares o assunto educação alimentar e nutri-

cional é do deputado Lobbe Neto (PSDB-SP). O tema deverá fazer parte da disciplina de ciências, no ensino fundamental, e de biologia, no ensino médio.

Hábitos

De acordo com o autor do projeto, a ideia é contribuir para reduzir a obesidade infantil e assegurar informações sobre alimentação saudável aos cidadãos desde novos.

O texto foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) na forma do substitutivo do relator, Pedro Chaves (PRB-MS). Para o senador, o tema é de grande importância, já que adultos com pouca formação

ou com hábitos alimentares inadequados terminam por reforçar o interesse de crianças e adolescentes por uma dieta pouco nutritiva.

Argentina

Também podem ser votados pelo Plenário nesta semana uma emenda da Câmara ao PLS 55/2005, que cria o Dia da Celebração da Amizade Brasil-Argentina, a ser comemorado em 30 de novembro, e o PDS 17/2018, que aprova o acordo entre Brasil e Paraguai para a construção de uma ponte sobre o Rio Paraguai, entre as cidades de Porto Murtinho (MS) e Carmelo Peralta (Paraguai), assinado em Brasília, em 2016.

Comissão analisa aplicação de índice de qualidade da educação

A Comissão de Educação (CE) deverá analisar hoje, em caráter terminativo, projeto que determina o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) para todas as escolas de educação básica do Brasil, com exceção das exclusivamente dedicadas à educação especial.

Do senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), o PLS 299/2014 foi

relatado pelo senador Antonio Anastasia (PSDB-MG), que apresentou emendas.

O Ideb é um indicador da qualidade da educação, que combina informações de rendimento escolar de estudantes dos ensinos fundamental e médio (taxas de aprovação, calculadas a partir do Censo Escolar) com informações de desempenho obtidas em exa-

mes que integram o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Atualmente, o Saeb é composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC), conhecida como Prova Brasil, e pela Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA).

A comissão deverá analisar

ainda o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 67/2017, que torna obrigatório o uso de detectores de metal e a gravação contínua de imagens em eventos realizados em ginásios e estádios esportivos. A proposta recebeu relatório favorável do senador Dário Berger (PMDB-SC). A matéria ainda será analisada em caráter terminativo na Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ).

O texto tratava inicialmente da instalação de equipamentos de segurança em arenas e estádios credenciados para a realização de jogos oficiais. Mas as medidas foram estendidas para outros equipamentos acima de 10 mil lugares e ginásios esportivos acima de 5 mil lugares para todas modalidades esportivas e culturais.

Sessão temática debate hoje proteção de dados pessoais

No momento em que o Facebook está no olho de um furacão político global causado pelo vazamento de dados de 87 milhões de usuários — cerca de 400 mil no Brasil — a criação de um Marco Regulatório da Proteção de Dados Pessoais será o foco de sessão temática hoje, às 11h, no Plenário. O debate é motivado pelo PLS 330/2013, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que está em análise na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Pelo texto, a coleta dos dados deve ser feita sob consentimento, assim como o armazenamento das informações pessoais.

A proposta garante ao cidadão o direito de se opor ao tratamento imposto a esses dados e ao seu fornecimento a terceiros. Quando desejar, poderá conhecer a finalidade do uso de seus dados ou mesmo requerer a exclusão definitiva de suas informações pessoais de sites de empresas ou redes sociais.

Ricardo Ferraço (PSDB-ES), autor do pedido de realização da sessão, é o atual relator do projeto. A proposta recebeu um substitutivo do



Roque de Sá/Agência Senado

Valadares quer consentimento para a coleta de informações

senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), já aprovado pelas Comissões de Meio Ambiente (CMA) e Ciência e Tecnologia (CCT).

Assinam o requerimento Paulo Bauer (PSDB-SC), Ronaldo Caiado (DEM-GO), Lindbergh Farias (PT-RJ), Lídice da Mata (PSB-BA) e Armando Monteiro (PTB-PE).

Foram convidados, entre outros, o secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Gleisson Rubin, o chefe da Unidade Internacional de Proteção de Fluxos de Dados da Comissão Europeia, Bruno Gencarelli, e o conselheiro do Comitê Gestor da Internet no Brasil Maximiliano Martinhão.

Colegiado avalia merenda escolar e horários de bancos

O projeto que determina a correção monetária dos valores repassados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) para alunos da educação básica é um dos 21 itens na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A autora do PLS 394/2016, Rose de Freitas (PMDB-ES), explica que estados e municípios recebem da União e repassam anualmente às escolas de educação básica da sua rede de ensino um valor por aluno, definido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculado ao Ministério da Educação. De acordo com a senadora, inexistente a obrigação de corrigir esse valor para repor a perda com a inflação do ano anterior.

Rose propõe então que o valor seja corrigido pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo IBGE. Ela argumenta que “apesar da reconhecida importância do Pnae para o avanço da educação, o programa convive com congelamentos frequentes dos valores repassados pelo governo, e encontra-se sem reajuste desde 2012, sendo que a inflação acumulada no



Pedro França/Agência Senado

Rose defende reajuste obrigatório no valor repassado para merenda

mesmo período foi de 53,8%, causando enorme sobrecarga para os municípios”. A relatora, Lídice da Mata (PSB-BA), apresentou parecer favorável.

Outro projeto na pauta da CAE revoga a regra que proíbe estabelecimentos de crédito de funcionarem aos sábados. O autor, Roberto Muniz (PP-BA), destaca que o PLS 203/2017 vai beneficiar a população.

“A maioria da população economicamente ativa, que em geral trabalha no horário comercial e dispõe apenas do horário de almoço para resolver essas questões, acaba não dispondo de tempo e tranquilidade para pesquisar condições de crédito”, destaca ele em sua justificativa. O parecer do relator, Otto Alencar (PSD-BA), é favorável.

Projeto autoriza sacar FGTS para pagar pensão alimentícia

Projeto que permite o saque do FGTS para o pagamento de pensão alimentícia está na pauta da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Apresentado pelo senador Lasier Martins (PSD-RS), o PLS 415/2017 prevê que o dinheiro só pode ser retirado com autorização da Justiça quando o trabalhador não tiver recursos financeiros.

O senador Jorge Viana (PT-AC) é o relator da proposta.

Outro projeto na pauta da comissão é o PLS 93/2017, da senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), que torna estagiários contribuintes obrigatórios da Previdência Social.

O projeto cria uma modalidade menos onerosa para o segurado e seu contratante, como forma de incentivo à formalização do contrato de estágio. Em contrapartida, o estagiário terá direito a um rol restrito de benefícios como auxílios doença e acidente.

O senador José Pimentel (PT-CE) apresentou relatório favorável à proposta.

Senado avança na definição de código que defende contribuintes

Projeto que busca equilibrar a relação entre Fisco e quem paga tributos pode ser aprovado ainda neste semestre. O texto volta ao Plenário após as 25 emendas serem votadas em duas comissões

Cintia Sasse

ATÉ O FINAL de abril, milhões de brasileiros terão entregado suas declarações anuais de imposto de renda para a Receita Federal. Todo ano, milhares de contribuintes caem na malha fina, alguns por erros simples de preenchimento das declarações ou alguma omissão por desconhecimento de mudanças de regras. Não são sonhadores. Muitos desses contribuintes não conseguem obter a restituição do que recolheram a mais no mesmo ano do acerto de suas obrigações com o Leão. Precisam adiar planos e pagamentos que fariam com o dinheiro. E a queixa mais frequente é a dificuldade em ter acesso rápido aos técnicos da Receita para se explicar, corrigir falhas e negociar pendências e restituições.

Cair nas malhas da burocracia fiscal, sujeitando-se a senhas e à disposição dos atendentes, é apenas um entre os muitos problemas no relacionamento entre o contribuinte e o Fisco. Há praticamente um consenso de que essa relação é muito desigual no Brasil. Isso vale não só para assalariados, autônomos e outros contribuintes pessoas físicas, mas também para empresas, principalmente as pequenas e as médias.

— Algumas das sociedades mais desenvolvidas são as que conseguiram equilibrar essa relação — afirma o senador Armando Monteiro (PTB-PE). Países como Estados Unidos, Canadá, Itália, França, Espanha e Austrália já adotam códigos de defesa para os seus contribuintes, acrescenta. E até alguns latinos, como México e Peru, desenvolveram esse marco normativo.

No Brasil, ainda não há um código nacional de defesa do contribuinte. Mas muitos estados, como Goiás, Ceará, Paraná, São Paulo, Minas Gerais e, mais recentemente, Espírito Santo, possuem códigos estaduais que

tentam equilibrar esse relacionamento. No Senado, o debate para instituir um marco nacional ganhou prioridade.

Proposta

Responsável pela relatoria do PLS 298/2011, da senadora Kátia Abreu (PDT-TO), que cria o Código de Defesa do Contribuinte, Armando está empenhado em obter a aprovação final da proposta ainda neste semestre. O projeto original passou por duas comissões, a de Constituição e Justiça (CCJ) e a de Assuntos Econômicos (CAE). Foi modificado por texto substitutivo de Armando e chegou ao Plenário, onde recebeu 25 emendas. A etapa agora é de exame dessas emendas nas duas comissões ainda em maio, como pretende o relator.

Segundo Kátia Abreu, uma das principais contribuições do código, que define direitos e deveres do contribuinte, é obrigar que a administração pública, nas três esferas (federal, estadual e municipal), disponha de um sistema transparente, simplificado, eficaz e de baixo custo operacional. Ou seja, o código tenta amenizar a vida do contribuinte diante do cipoal de normas e exigências do sistema tributário nacional.

Com isso, poderiam ser evitadas duplicidade de documentos e situações esdrúxulas, como a que ocorreu na atual gestão do Distrito Federal, exemplifica o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do DF, Adriano Marrocos. O governo do DF atrasou pagamentos a empresas de limpeza e de segurança e, quando elas foram receber do governo, não conseguiam porque as certidões negativas estavam vencidas, exatamente em decorrência dos atrasos. E o pior, acrescenta Marrocos, não houve acordo, impondo novos custos às empresas.

Outra contribuição importante, na avaliação da senadora, é criar a figura da presunção de



Uma das queixas frequentes do contribuinte é ter que esperar a Receita chamar para poder se explicar e obter restituição do IR



Kátia Abreu é responsável por recolocar o código na agenda da Casa



Para Armando, meta é aprovar o substitutivo ainda neste semestre



Reguffe quer corrigir a defasagem de 88,4% da tabela progressiva do IR

boa-fé do contribuinte até que o Fisco prove o contrário. Além disso, obriga o reembolso dos impostos pagos indevidamente, com juros e atualização monetária, do mesmo modo que o Fisco faz quando o contribuinte é o devedor. E proíbe a adoção de meios coercitivos na cobrança extrajudicial de tributos, como interdição de estabelecimentos, imposição de sanções administrativas e instituição de barreiras fiscais que impedem as pessoas de tomar um simples empréstimo para comprar um carro ou uma geladeira.

Elo fraco

Na atual etapa de análise das emendas de Plenário, o relator diz que reabriu as negociações sobre o texto substitutivo e poderá incorporar sugestões importantes como a do senador Pedro Chaves (PRB-MS), que institui, à semelhança do código paulista, o Conselho Federal de Defesa do

Contribuinte (Codecon).

A criação desse órgão paritário, com representantes do governo, do Congresso, de organizações de classe e empresariais, deverá dar voz ao elo mais fraco dessa engrenagem: o contribuinte pessoa física.

Sem qualquer entidade nacional que o represente diretamente, quem assume a defesa dessa clientela é o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que participará do Codecon. Essa participação do CFC também está assegurada em projeto da Câmara (PL 2.557/2011), do deputado Laércio Oliveira (PR-SE). O projeto prevê um código nacional de defesa do contribuinte e um conselho, porém com maior número de integrantes do que o proposto por Chaves. Sua tramitação está menos adiantada do que a do projeto do Senado.

Pelo Codecon proposto nas duas Casas, a Ordem dos Advo-

gados do Brasil (OAB) também terá um representante. Mas a participação dos advogados deverá estar mais voltada para os questionamentos dos contribuintes na esfera judicial, segundo especialistas da área.

Conselho

Além de elaborar e executar uma política nacional de proteção ao contribuinte, o Codecon terá que, entre suas atribuições, analisar reclamações, responder a consultas e prestar orientação permanente aos contribuintes sobre seus direitos e garantias.

Para ter ideia da falta de participação das pessoas físicas nos processos de decisão na esfera tributária, a lista atual de conselheiros do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), instância que analisa os recursos administrativos sobre pendências com a Receita Federal, não inclui um representante dessa grande

parcela de contribuintes.

Nas várias turmas do Carf, os indicados para atuar ao lado dos auditores da Receita como representantes dos contribuintes são todos de entidades patronais, como as Confederações Nacional da Indústria (CNI) e Nacional do Comércio (CNC).

Reclamações

O Carf não analisa só os questionamentos das empresas na instância administrativa. Ele também delibera sobre as pendências das pessoas físicas, como multas e cobranças que o contribuinte julga indevidas.

Um exemplo disso é o entendimento que a Receita vem tendo com relação aos prestadores de serviços a organismos internacionais. Com 19 anos de experiência na área, o contador Flávio Roberto Miranda diz que eles deveriam ser isentos do Imposto de Renda, porque já existe entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o assunto.

No entanto, uma cliente sua, que trabalha em projeto de um órgão das Nações Unidas, caiu na malha fina em 2016 porque a Receita não aceitou o entendimento do STJ sobre a isenção. Segundo Miranda, o caso se arrasta até hoje sem que a cliente obtenha a restituição.

Mas não precisa ser um caso sobre divergência de interpretação das normas legais. Cair na malha fina pode ocorrer por motivos tão corriqueiros quanto preencher a declaração com um código errado ou um gasto inesperado com médicos, dentistas e psicólogos. Miranda explica que, se o aumento da despesa fugir ao perfil de gastos do contribuinte, a Receita classifica como inconsistente, no cruzamento de dados, e segura a restituição.

Somente os contribuintes com idade acima de 65 anos conseguem se desvincular da malha fina com maior rapidez, obtendo a restituição em dois ou três meses, segundo o contador. Os demais precisam aguardar o comunicado da Receita. “O prazo é imprevisível. Já atendi casos em que a Receita demorou

dois anos para chamar”, diz.

Outro transtorno enfrentado pelos contribuintes é que não adianta tentar o atendimento presencial. É preciso obter a senha pela internet. Segundo o presidente do Conselho Regional de Contabilidade do DF, a Receita geralmente libera de 10 a 20 senhas por dia na delegacia em Brasília. Mas há dias sem liberação de senhas e, portanto, sem atendimento presencial.

O mais grave é que essa dificuldade está propiciando a venda de senhas, diz Marrocos. As denúncias recebidas pelo conselho envolvem contribuintes pessoas jurídicas. Mas ele acredita que a “venda de facilidades” também possa estar ocorrendo com pessoas físicas. “O conselho já alertou a delegacia regional da Receita”.

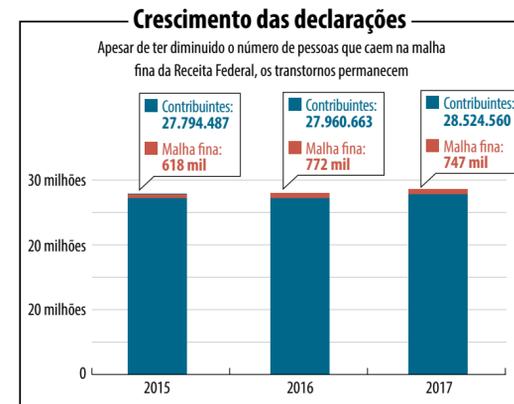
Prazo

Nas negociações, o relator já admite alterar o prazo para a inscrição do crédito tributário na dívida ativa, seja federal, estadual ou municipal. O artigo 30 do substitutivo estipula 45 dias para a inscrição, contados do recebimento pelo órgão competente.

A redução é significativa, pois o prazo atual varia de 90 a 180 dias, podendo até ser superior, dependendo do tributo, segundo Marrocos. Se nada for feito, ele diz que os contribuintes poderão enfrentar situações constrangedoras. E aponta alguns exemplos, como passar em concurso e não poder tomar posse, vender imóvel e não conseguir finalizar a operação por não obter a certidão negativa de ônus ou até ser impedido de viajar para o exterior por conta de alguma pendência inscrita na dívida ativa.

Fúria do Leão

A ausência de representação das pessoas físicas talvez contribua para uma das maiores dentadas do Leão. A falta de correção da tabela progressiva do IR, retido pela fonte pagadora e repassado quase a custo zero para os cofres da Receita, acumulou uma defasagem de 88,4% no período entre 1996 e 2017,



Limites de isenção

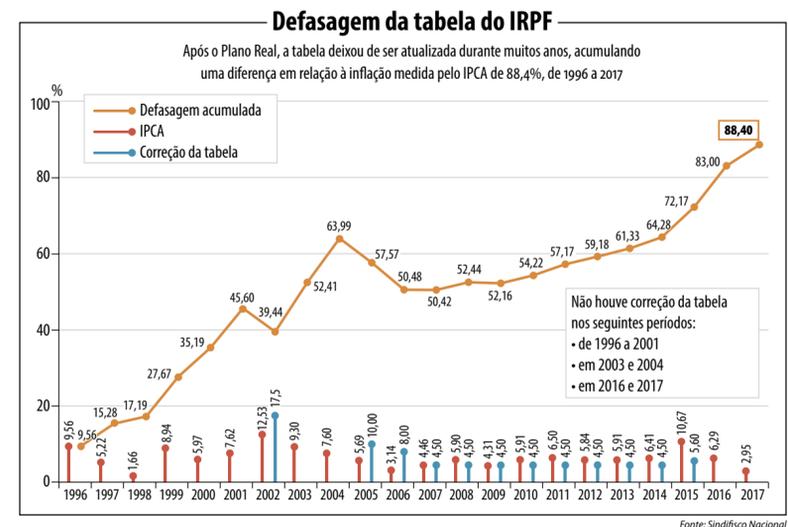
Tabela progressiva mensal do IRPF em 2017 (em R\$)

RENDIMENTO	ALÍQUOTA
até 1.903,98	isento
1.903,99 – 2.826,66	7,50%
2.826,67 – 3.751,05	15,00%
3.751,06 – 4.664,68	22,50%
acima de 4.664,68	27,50%

Tabela corrigida pela defasagem acumulada até 2017 (em R\$)

RENDIMENTO	ALÍQUOTA
até 3.556,56	isento
3.556,57 – 5.280,09	7,50%
5.280,10 – 7.073,23	15,00%
7.073,24 – 8.837,92	22,50%
acima de 8.837,92	27,50%

Fonte: Sindifisco Nacional



medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), conforme levantamento do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais (Sindifisco).

Isso significa que o contribuinte está pagando mais Imposto de Renda a cada ano, explica o diretor de estudos técnicos da entidade, Wagner Vaz. Nos últimos dois anos, o governo não reajustou a tabela. Nem o IPCA de 2017, de 2,95%, foi repassado (veja quadro acima).

Como resultado, o número de contribuintes isentos diminuiu. Só não paga Imposto de Renda quem recebe menos de R\$ 1.903,98 por mês. Se a defasagem da tabela fosse corrigida, o limite de isenção subiria para R\$ 3.556,56 mensais, conforme o estudo do Sindifisco.

Para o senador Reguffe (sem

partido-DF), sem corrigir a tabela, o governo está praticando um roubo “juridicamente legal” do dinheiro do contribuinte, segundo recente pronunciamento no Plenário. Em 2015, ele apresentou o PLS 355 que reajustava a tabela pelo IPCA anual, acrescido de 1% a cada exercício para corrigir a defasagem acumulada. O projeto está na CAE com o relator, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que também possui proposta de correção da tabela pelo IPCA (PLS 70/2016).

Há ainda outros projetos em tramitação que pretendem corrigir essa “injustiça fiscal” principalmente contra a classe média brasileira, classifica a senadora Ana Amélia (PP-RS). Ela apresentou o PLS 2/2014, que está parado na CAE, aguardando audiência pública. O

texto corrige a tabela pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A criação de um código nacional que defenda os contribuintes não é debate novo no Senado. Em 1999, o ex-senador por Santa Catarina, Jorge Bornhausen, formalizou a iniciativa.

Segundo Kátia Abreu, a ideia foi amadurecida e recebeu diversas contribuições. Mas sem a reeleição de Bornhausen, a discussão poderia ter sido perdida com o arquivamento da matéria.

“Nossa preocupação foi reapresentar a proposta refletindo as ricas sugestões que apareceram durante a tramitação. Boas ideias não têm partido nem autores”, diz a responsável por recolocar o assunto na agenda da Casa.

Caiu na malha fina? O que fazer

Quais os recursos disponíveis para uma pessoa que teve sua declaração retida em malha

1 ENTRE NO E-CAC PARA SABER O MOTIVO

cav.receita.fazenda.gov.br

CONCORDOU COM O MOTIVO?

SIM Retifique e pague com juros

NÃO Agende ou aguardar convocação para apresentar os documentos comprobatórios à Receita

2 A RECEITA ACEITOU AS EXPLICAÇÕES?

SIM A declaração é liberada

NÃO A Receita cobra a diferença com juro e multa de 75% a 225% do valor

3 O CONTRIBUINTE VAI PAGAR?

SIM Então a multa terá desconto de 50% à vista em 30 dias ou 40% a prazo

NÃO Então pode tentar impugnar a cobrança na delegacia de julgamento

4 A DELEGACIA DEU RAZÃO AO CONTRIBUINTE?

SIM A cobrança é cancelada

NÃO O desconto na multa será de 30% a vista e 20% a prazo

NÃO Então deve recorrer ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)

5 O RECURSO FOI ACEITO?

SIM A cobrança é cancelada

NÃO Deve pagar o valor integral sem descontos

NÃO Em certos casos o contribuinte pode recorrer à Câmara Superior de Recursos Fiscais

6 O CONTRIBUINTE VENCEU?

SIM A cobrança é cancelada

NÃO Terá 30 dias para pagar ou deve recorrer ao Poder Judiciário

30 dias

ou...

Saiba mais

Parecer 136/2017 na CAE, do senador Armando Monteiro
http://bit.ly/parecer136

PLS 298/2011, da senadora Kátia Abreu
http://bit.ly/PLS298de2011

PL 2.557/2011, da Câmara dos Deputados
http://bit.ly/PL2557de2011

PLS 355/2015, do senador Reguffe
http://bit.ly/PLS355de2015

PLS 2/2014, da senadora Ana Amélia
http://bit.ly/PLS2de2014

Estudo sobre a defasagem da tabela do Imposto de Renda — Sindifisco
http://bit.ly/defasagemIR

Comissão pode votar fim de símbolo para transgênicos

Projeto prevê a retirada do triângulo amarelo com a letra T nas embalagens de alimentos que contenham produtos geneticamente modificados. Texto foi rejeitado em outra comissão do Senado

O FIM DA obrigatoriedade dos rótulos com informações sobre a presença de transgênicos em produtos alimentícios pode ser votado hoje na Comissão de Meio Ambiente (CMA). O relatório, do senador Cidinho Santos (PR-MT), é pela aprovação do texto.

O PLC 34/2015, do deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), determina a retirada do triângulo amarelo com a letra T, que hoje é colocado obrigatoriamente em todas

as embalagens de alimentos transgênicos.

Cidinho afirma que “uma análise científica rigorosa” sobre a questão dos transgênicos é o melhor caminho para que se afaste “o medo em torno deles”, a seu entender fruto de “ignorância e obscuridade”.

O senador diz ainda que não há “qualquer evidência que demonstre a negatividade dos transgênicos”.

Em março, a mesma proposta foi rejeitada pela Comissão

de Assuntos Sociais (CAS). O relatório pela rejeição foi da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

Vanessa argumentou que a expansão das plantações de transgênicos leva ao aumento no uso de agrotóxicos, pois grande parte das sementes geneticamente modificadas tem como principal característica a resistência aos venenos agrícolas.

— Com o aumento do emprego de agrotóxicos, crescem os riscos à saúde dos consumidores, pois os efeitos nocivos à saúde humana e ao meio ambiente já são mais do que conhecidos — afirmou na ocasião.

Vanessa disse ainda que seu relatório teve o apoio do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), além de outras organizações que representam profissionais de saúde, associações acadêmicas e defesa de pacientes.



Projeto dispensa identificação em alimentos que contenham transgênicos



Contra Madeira/Cab. Sen. Pedro Chaves

Relator do texto, Chaves (C) comanda audiência pública em Cuiabá

Pedido de gestão descentralizada do Fundo Pantanal marca debate

A adoção de gestão descentralizada para o Fundo Pantanal foi defendida ontem em debate da Comissão de Meio Ambiente (CMA) realizado em Cuiabá. Autoridades, produtores, ambientalistas e pantaneiros participaram de audiência sobre a gestão e proteção do bioma Pantanal.

A reunião foi requerida por Pedro Chaves (PRB-MS), relator do PLS 750/2011, que cria a Política de Gestão e Proteção do Bioma Pantanal. A proposta cria o Fundo Pantanal, com o aporte de R\$ 1,2 bilhão para apoiar atividades de fiscalização ambiental, pesquisa para conservação e uso sustentável da biodiversidade, e de recuperação de áreas desmatadas

e degradadas. O fundo terá a verba proveniente de multas do Ibama.

O superintendente do Ministério da Agricultura, Celso Martins, observou a necessidade de regular as atividades nocivas ao meio ambiente.

Chaves ressaltou que a proposta, do senador licenciado Blairo Maggi (PP-MT), hoje ministro da Agricultura, dará segurança jurídica ao uso sustentável da região.

Para o promotor Luciano Loubet, do Ministério Público Estadual, a nova lei precisa respeitar as pessoas que moram e produzem no Pantanal, mas sem deixar de fiscalizar aqueles que vêm de outros estados.

Colegiado debate amanhã dívidas dos produtores de cacau

A busca de soluções para o endividamento de produtores de cacau da Bahia é tema de audiência da Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) amanhã às 9h.

O requerimento é de Lídice da Mata (PSB-BA). O colegiado recebe o assessor

legislativo Nelson Fraga Filho, o produtor Guilherme Galvão e representantes do Banco do Brasil e do Banco do Nordeste. A CDR é presidida por Fátima Bezerra (PT-RN)

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Pesquisador fala sobre plano de macrologística agropecuária hoje

O chefe-geral da Embrapa Territorial, Evaristo de Miranda, participa hoje de audiência da Comissão de Agricultura (CRA) sobre a nova plataforma de macrologística criada pelo Ministério da Agricultura.

Conforme Ana Amélia (PP-

RS), o Sistema de Inteligência Territorial Estratégica da Macrologística Agropecuária fornece dados sobre áreas de produção e identifica oportunidades de investimentos.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Regina lamenta estrutura para gerir a água no Piauí

Regina Sousa (PT-PI) manifestou ontem preocupação com o período das chuvas, que tem trazido riscos para os moradores de municípios piauienses como Esperantina, Campo Maior e José de Freitas. Segundo a senadora, os rios que cortam a região apresentam chances de transbordar e alagar as casas.

Por outro lado, ela lamentou a falta de estrutura para armazenar água nessas cidades. A senadora observou que os cidadãos que agora sofrem com os alagamentos voltarão a conviver com a seca e a ter seu abastecimento feito por meio de carros-pipa.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Elmano Férrer pede manutenção em barragens

Elmano Férrer (Pode-PI) atribuiu à falta de planejamento a situação crítica de 31 das 39 barragens no Piauí — por causa das chuvas que atingem o estado nessa época do ano — conforme relatório elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA). De acordo com o senador, a situação coloca em risco a vida de milhares de piauienses.

— É grave essa situação, o que traduz a falta de planejamento, a falta de continuidade administrativa que tem, infelizmente, caracterizado a administração pública dos estados e, sobretudo, da União.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Raupp destaca a qualidade do café feito em Rondônia

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) ressaltou a qualidade do café rondoniense com a vitória da cidade de Cacoal, pelo segundo ano consecutivo, no Concurso de Qualidade e Sustentabilidade do Café Canéfora 2017. Raupp disse que isso proporcionará a criação de uma “massa crítica” sobre a agricultura familiar e o desenvolvimento sustentável na Amazônia.

— Somos o quinto produtor, mas na velocidade em que estamos indo com essa variedade de café, vamos chegar muito rápido à terceira maior potência na produção de café do Brasil.



Jefferson Rudy/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário: Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burler
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Pedro Pincer, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Cooperação com a África é defendida em debate

Especialistas que participaram ontem de audiência na Comissão de Relações Exteriores pediram responsabilidade social na parceria econômica com países do continente

ALÓGICA PREDATÓRIA existente no período colonial não pode ser o centro da relação de cooperação externa com países da África. Essa é a opinião dos especialistas ouvidos em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores (CRE). O tema foi a influência chinesa na integração regional e no desenvolvimento econômico do continente africano.

O professor do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (UFF) José Manuel Gonçalves disse considerar o relacionamento da China com a África emblemático. Para ele, tanto a China quanto o Brasil e a Índia são grandes parceiros comerciais da África, mas mantêm um objetivo da época colonial de obter matérias-primas. Mesmo as rodovias e ferrovias que são construídas, de acordo com o professor, vão da fonte de matéria prima até o porto e não beneficiam a ligação de outras regiões isoladas dos países. As políticas sociais, muitas vezes, também são usadas para disfarçar o real interesse



José Manuel Gonçalves, Cristovam Buarque e Analúcia Danilevicz debatem influências no desenvolvimento africano

nas matérias-primas. Para ele, as trocas com o continente africano ainda são muito desiguais e nem sempre podem ser chamadas de cooperação.

— É um relacionamento que dá lucro a alguém, e dá mais lucro para fora do que para dentro dos países africanos.

Para Gonçalves, os parceiros comerciais deveriam comprar, também, produtos industriais nas regiões onde há disponibilidade ou investir onde não há indústrias disponíveis.

A professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul Analúcia Danilevicz,

coordenadora do Centro Brasileiro de Estudos Africanos, discorda. Para ela, a postura de parceiros como a China nem sempre é meramente predatória. Ela disse ser preciso analisar não só a intenção de lucro, mas também o perfil da cooperação e o que ela pode produzir como efeito em médio e longo prazo. Como exemplo, citou obras de infraestrutura conseguidas por meio de acordos de cooperação com os chineses, como as vias de ligação urbana de cidades em Moçambique, e a formação de recursos humanos, fruto

da cooperação com o Brasil.

— Nós estamos falando de um novo tipo de cooperação, em que os resultados virão em longo prazo, mas que não está imune a todos os problemas que vão surgir.

Código de conduta

Questionado por Cristovam Buarque (PPS-DF), que presidia a audiência, sobre o que o Brasil poderia fazer para realmente cooperar com o desenvolvimento do continente africano, Gonçalves lembrou que a África não tem recursos humanos para explorar

seus recursos naturais, o que a fragiliza. Por esse motivo, um investimento essencial, segundo o professor, seria na educação. Ele sugeriu também a criação de um código de conduta para as empresas brasileiras que atuam no continente africano, já que algumas delas são acusadas de pagar até 50% menos para os trabalhadores locais.

Os problemas institucionais de muitos países geram insegurança jurídica, o que dificulta os investimentos. De acordo com Gonçalves, também é preciso resolver o problema do déficit de capital, fazendo com que recursos que estão fora do continente regressem.

— É uma espécie de desafio do continente, encontrar meios para que a África possa investir seriamente nela própria. Porque os interesses internacionais na África não são interesses que possam coincidir sistematicamente com o desenvolvimento. E talvez criar uma correlação de forças que obrigue uma nova leitura — sugeriu.

Colegiado fará diligência na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) faz diligência hoje na sede da Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, para verificar as condições da prisão do ex-presidente Lula e dos demais detidos no local.

A visita foi autorizada pela juíza federal da 12ª Vara da Subseção Judiciária de Curitiba, Carolina Moura Lebbos.

Fazem parte do grupo a presidente da CDH, Regina Sousa (PT-PI), e os senadores Ângela Portela (PDT-RR), Fátima Bezerra (PT-RN), Gleisi Hoffmann (PT-PR), Lídice da Mata (PSB-BA), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Humberto Costa (PT-PE), João Capiberibe (PSB-AP), José Pimentel (PT-CE), Lindbergh Farias (PT-RJ), Paulo Paim (PT-

-RS), Paulo Rocha (PT-PA)), Roberto Requião (PMDB-PR) e Telmário Mota (PTB-RR).

No mesmo dia, foi aprovado pelo Plenário requerimento de Lindbergh, que pediu a criação de comissão externa, composta de 12 senadores, para verificar in loco as condições em que se encontra o ex-presidente.

Paim afirmou que todos os parlamentares arcarão com os custos da viagem a Curitiba.

A diligência foi aprovada pela CDH na quarta-feira.

Paim anuncia visita à prisão onde está Lula

Paulo Paim (PT-RS) anunciou que representantes da Comissão de Direitos Humanos (CDH) irão hoje a Curitiba para verificar as condições da prisão do ex-presidente Lula, preso após a condenação em segunda instância por lavagem de dinheiro e corrupção passiva.

Paim afirmou que a CDH — ao contrário do que dizem os críticos — não precisa verificar a situação dos demais presos do Brasil, pois a comissão já teria visitado todos os principais presídios do país.

Paim afirmou que todos arcarão com os custos da viagem.

Paulo Rocha destaca liderança de ex-presidente

Paulo Rocha (PT-PA) destacou ontem a liderança de Lula, mesmo preso, nas pesquisas eleitorais para presidente da República, entre elas a do DataFolha, publicada no fim de semana, e afirmou que Lula será o candidato do PT à Presidência.

— Não tem plano B, plano C, plano D. É plano L, plano Lula. Para ver se a gente resgata primeiro a democracia, segundo, a soberania do nosso país e, terceiro, a possibilidade deste país ser realmente um país para todos.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Fátima aponta desempenho de petista nas pesquisas

A prisão do ex-presidente Lula constitui “violência política e judicial” destinada a anular a maior liderança política do país, disse Fátima Bezerra (PT-RN).

A senadora afirmou que a condenação de Lula “não se sustenta juridicamente e viola o princípio constitucional da presunção de inocência”. Segundo a senadora, apesar da “perseguição” a Lula, as pesquisas de opinião apontam, em todos os cenários apurados, que o ex-presidente da República seria novamente eleito nas eleições deste ano.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Telmário critica descaso com a saúde em Roraima

Telmário Mota (PTB-RR) relatou reclamação dos moradores de Roraima em relação aos serviços de saúde.

O governo do estado não investe devidamente no setor, acrescentou o senador, ao lembrar que o hospital das clínicas, inaugurado recentemente, colocou à disposição da população apenas 20 leitos, dos mais de 100 previstos.

— De ponta a ponta, a saúde no nosso estado está na UTI, está doente. falta remédio, falta aparelhamento, falta médico, faltam exames — denunciou.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Cássio Cunha Lima participa da posse de novos dirigentes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região

O presidente do Senado em exercício, Cássio Cunha Lima, participou ontem da posse da nova diretoria do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) para o biênio 2018–2020. O desembargador federal Carlos Eduardo Moreira Alves assumiu a Presidência do tribunal, a Vice-Presidência coube ao desembargador Kassio Nunes Marques

e a desembargadora Maria do Carmo Cardoso ficou com a vaga de corregedora regional da Justiça Federal de 1º Grau da 1ª Região.

O TRF1 é o maior dos cinco tribunais regionais federais do país, com 14 unidades da Federação sob sua jurisdição.

Com Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado

Outorgas de rádio e televisão dominam votações de hoje da Comissão de Ciência e Tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) se reúne hoje para votar uma série de temas sobre radiodifusão. Além de 20 outorgas de canais de rádio e TV, há na pauta quatro projetos: o PLC 91/2017 e os PLSs 662/2011, 385/2017 e 513/2017.

O primeiro estende às escolas privadas de ensino superior o direito de

possuírem rádios educativas. O PLS 662/2011 obriga as operadoras de telefonia a oferecerem contratos claros.

Já o PLS 385/2017 amplia a composição do Conselho de Comunicação Social, órgão do Congresso, de 13 para 18 representantes. Por sua vez, o PLS 513/2017 aumenta a potência permitida para as rádios comunitárias.

Debate defende normas para ambiente de trabalho

Projeto que detalha aspectos a serem observados por empregadores e apresentação de PEC sobre demandas de servidores públicos receberam apoio de procuradores e juízes trabalhistas em audiência

AUDITORES, PROCURADORES E juízes do trabalho e representantes sindicais manifestaram ontem, em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos (CDH), apoio ao projeto que detalha aspectos do ambiente de trabalho a serem observados pelos empregadores (PLS 220/2014).

A juíza Rosarita Caron explicou que o dia a dia demonstra a necessidade de uma proteção formal ao trabalhador.

— O trabalho escravo está na nossa realidade e é considerado normal. Em Araguaína eu passei por isso. Quando fui interrogar o empregador, ele me disse que não sabia que não podia fazer isso.

A CDH também discutiu a

apresentação de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) para dar à Justiça do Trabalho a competência de julgar demandas relativas aos servidores públicos.

O pedido da PEC foi feito pelo representante do Sindicato dos Policiais Federais de Brasília, Flávio Werneck.

Ele chamou a atenção para as condições de trabalho dos servidores públicos, em particular da sua categoria profissional. Segundo Werneck, 42 policiais federais cometeram suicídio entre 1999 e 2016. Mas os gestores não querem admitir responsabilidades.

— O órgão busca o problema individual para dar a resposta. Diz que o problema é a família,

que ele se separou, é alcoólatra, está usando drogas. O problema nunca é o ambiente de trabalho — alertou.

O senador Paulo Paim (PT-RS) também defendeu a PEC “para pacificar de vez o assunto”.

— Eu mesmo me comprometo a coletar assinaturas para essa proposta — prometeu.

Igualdade

Os participantes do debate, que teve como tema “Legislar para garantir proteção social — resistir e avançar”, pediram ainda a aprovação de projeto que busca assegurar salários iguais para homens e mulheres na mesma função (PLC 130/2011).

Ministro dos transportes será ouvido sobre rodovia em RO

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) promove audiência pública hoje às 9h, para debater a situação da BR-364 em Rondônia. A audiência contará com a presença do ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, Valter Casimiro Silveira.

A situação da rodovia, que atravessa o estado de Rondônia, é considerada crítica. Ao longo dos anos, observa-se falta de manutenção na BR e estragos com as cheias do Rio Madeira, que deixa boa parte da estrada submersa.

O senador Valdir Raupp

(PMDB-RO) é autor do requerimento para a realização da audiência. Em discurso no Plenário em fevereiro, ele cobrou a restauração e a recuperação da rodovia, incluindo a sinalização com placas e a pintura do asfalto.

A audiência está marcada para o Plenário 13 da Ala Senador Alexandre Costa e será interativa, aberta à participação popular, com comentários, críticas e sugestões.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Comissão analisará servidora para diretoria do Banco Central

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) analisará hoje a indicação, pelo Poder Executivo, da servidora de carreira Carolina de Assis Barros para o cargo de diretora do Banco Central do Brasil.

Carolina dedicou os últimos 17 anos de vida profissional ao trabalho no Banco Central e a maior parte desse tempo atuou na área de administração.

Também foi chefe de gabinete da presidência do BC,

função que ocupou cumulativamente com a posição de secretária-executiva da instituição. Ela ainda esteve à frente do Departamento de Comunicação do Banco Central nos últimos seis anos.

A senadora Simone Tebet (PMDB-MS) é a relatora da indicação na CAE. A sabatina da servidora está marcada para as 11h.

Veja na pág. 2 como acompanhar a audiência e participar do debate

Universidade ampliará capacitação em MT, avaliam especialistas

A implantação da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR), em Mato Grosso, contribuirá para o desenvolvimento das Regiões Sul e Sudeste do estado, de acordo com participantes de seminário promovido pelas Comissões de Educação e Cultura (CE), Agricultura (CRA) e Meio Ambiente (CMA) na sexta-feira, em Rondonópolis.

A UFR foi criada pela Lei 13.637/2018, a partir do desmembramento do campus de Rondonópolis da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT).

Para o senador Wellington Fagundes (PR-MT), autor do requerimento de audiência, a nova universidade vai ajudar na qualificação profissional dos mato-grossenses:

— Nada pode ser mais engrandecedor do que participar da proclamação do futuro e isso só se faz quando conseguimos avançar na educação — avaliou.

Segundo José Medeiros (Pode-MT), a criação da UFR é um importante investimento para Mato Grosso, que ganha agora sua segunda universidade federal.

— Essa universidade praticamente não tem gasto a mais. O que estamos fazendo é otimizar recursos — disse.

Também participaram o ministro dos Transportes, Valter Casimiro, o prefeito de Rondonópolis, José Carlos do Pátio, a pró-reitora da UFMT em Rondonópolis, Anely Polizel, deputados, vereadores e membros da comunidade acadêmica.



Paim (C) prometeu sugerir PEC para tornar a Justiça do Trabalho competente para julgar demandas de servidores

CPI dos Cartões de Crédito deve ser instalada hoje

A CPI dos Cartões de Crédito deve ser instalada hoje, informou o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO), autor do requerimento para criar a comissão. O objetivo da CPI é investigar os juros cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Ataídes registrou que em 2016 as operadoras de cartão cobraram, em média, juros de 494% ao ano, enquanto a taxa anual da Selic estava em 8,5%. Já no ano passado, a média dos juros anuais dos cartões de crédito ficou em 334%, diante de uma taxa Selic de 6,75%. O senador classificou

a cobrança de uma taxa tão alta de “crime contra os consumidores”. Ele ainda disse esperar que, ao término da CPI, a taxa dos cartões caia para “índices republicanos, aceitáveis e decentes”.

— A expectativa é botar um freio de arrumação nessa usura, nesse absurdo de taxas de juros cobradas pelas companhias de crédito. Não dá mais pra continuar dessa forma — declarou.

Segundo informou o senador, a CPI já está preparando requerimentos para ouvir representantes de companhias de cartão de crédito, do Banco

Central e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Também devem ser ouvidos representantes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e de institutos de defesa do consumidor.

Além de Ataídes, os senadores Fernando Bezerra Coelho (PMDB-PE), Romero Jucá (PMDB-RR), Lindbergh Farias (PT-RJ), Wilder Morais (PP-GO), Randolfe Rodrigues (Rede-AP) e Eduardo Lopes (PRB-RJ) serão os titulares da comissão. Os suplentes são Dário Berger (PMDB-SC), Regina Sousa (PT-PI) e Lasier Martins (PSD-RS).

Comissão mista que trata do socorro a venezuelanos fará três audiências esta semana

A comissão mista que analisa a medida provisória sobre apoio a imigrantes agendou três audiências para esta semana. A MP 820/2018 objetiva garantir uma estrutura de assistência emergencial voltada ao fluxo migratório

de venezuelanos, que fogem da crise econômica, política e social no seu país.

Segundo dados da Polícia Federal, cerca de 40 mil imigrantes da Venezuela estão em Boa Vista. Em Pacaraima, também em Roraima, na fronteira,

mantém-se uma média de 350 novos migrantes a cada dia. O contingente populacional tem pressionado fortemente a demanda por serviços públicos.

Hoje a comissão ouvirá representantes dos Ministérios da Justiça, da Saúde, da Defesa

e dos Direitos Humanos.

Amanhã a audiência será com representantes do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados, da Organização Internacional do Trabalho, da Organização Pan-Americana de Saúde, da

embaixada do Canadá e do Ministério Público do Trabalho. E na quinta-feira, a reunião será com representantes da Procuradoria-Geral da República, da Defensoria Pública da União, da Universidade Federal de Roraima e de ONGs.